



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Alto Paranaíba - Núcleo de Apoio Regional de Patrocínio

Parecer nº 76/IEF/NAR PATROCINIO/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0057673/2022-76

**PARECER ÚNICO**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

Nome: <b>Arry Otto Markus</b>	CPF/CNPJ: 143.948.630-15
Endereço: Fazenda Rancharia, SN	Bairro: Zona Rural
Município: Monte Carmelo	UF: MG
Telefone: (34) 3842-6447	CEP: 38.500-000
E-mail: andrefernandes_101@hotmail.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( x ) Sim, ir para item 3 ( ) Não, ir para item 2

**2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL**

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
E-mail:	

**3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL**

Denominação: Fazenda Rancharia, Pastão e Sobra da Rancharia	Área Total (ha): 469,7500
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 16.510, 25.242 e 38.463	Município/UF: Monte Carmelo/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3143104-2FAD.AF27.0F6A.4F2C.8803.934E.A767.A4ED	

**4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente	1,4759	ha

**5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO**

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente	1,4759	ha	256.651	7.911.248

**6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA**

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Infraestrutura		1,4759

**7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL**

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Conforme o parecer técnico		1,4759

**8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO**

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha nativa		120,1983	m³

**1. HISTÓRICO**

Data de formalização/aceite do processo: 05/01/2023

Data da vistoria: 19/04/2023

Data de solicitação de informações complementares:

Data do recebimento de informações complementares:

Data de emissão do parecer técnico: 24/04/2023

## **2.OBJETIVO**

É objeto deste parecer analisar a solicitação para intervenção/supressão de uma área total de cobertura vegetal nativa de 1,4759 hectare dentro de área de preservação permanente, para desassoreamento de um barramento.

## **3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO**

### **3.1 Imóvel rural:**

O imóvel denominado fazenda Rancharia, Pastão e Sobra da Rancharia, matrículas 16.510, 25.242 e 38.463, localizada no município de Monte Carmelo-MG possui uma área total matriculada de 469,7500 hectares, 11,7437 módulos fiscais, e uma área total mapeada de 473,3256 hectares.

A área requerida para a intervenção ambiental, no total de 1,4759 hectare, apresenta a fitofisionomia florestal de cerrado. A cobertura vegetal do município é de 21,41%, que se encontra no bioma cerrado.

### **3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: MG-3143104-2FAD.AF27.0F6A.4F2C.8803.934E.A767.A4ED

- Área total: 473,2256 ha

- Área de reserva legal: 52,0353 ha

- Área de preservação permanente: 23,4912 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 378,6281 há

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida, e não foram utilizadas áreas de preservação permanentes no cômputo da reserva legal.

### **3.3 Reserva legal averbada nas matrículas:**

47,7476 hectares na matrícula 25.242;

3,2000 hectares na matrícula 16.510;

4,0652 hectares na matrícula 38.463;

39,6524 hectares compensados na matrícula 11.214;

No total de 94,6652 hectares, não inferior a 20% da área total medida do imóvel maior que 4 módulos fiscais, de matrículas 25.242, 16.510 e 38.463.

## **4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

A intervenção ambiental visa o desmate de vegetação de cerrado em área de preservação permanente.

- Área 1: 1,4759 hectare, para desassoreamento de barramento, e reforma de aterro, sendo:

Área 1.1: 1,2570 hectare, para a viabilização do acesso e movimentação do maquinário em toda a extensão do barramento, visando a retirada dos sedimentos de forma eficiente e apropriada.

Área 1.2: 0,2189 hectare para a reforma do aterro, incluindo a construção de dois vertedores-extravadores em suas laterais.

O rendimento lenhoso total estimado para a área requerida para a intervenção ambiental é de 120,1983 metros cúbicos de lenha para toda a área passível de ser autorizada, que serão utilizados internamente no empreendimento.

### **4.1. Taxas pagas:**

Taxa de Expediente: R\$ 601,06 paga em 07/12/2022.

Taxa Florestal: R\$ 802,73 paga em 07/12/2022.

## **5. RESTRIÇÕES AMBIENTAIS, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E VISTORIA TÉCNICA**

### **5.1 Das eventuais restrições ambientais:**

- Vulnerabilidade natural: Muito baixa, conforme o Sisema IDE.
- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa, conforme o Sisema IDE.
- Prioridade para conservação Biodiversitas: Não, conforme o Sisema IDE.

## **5.2 Das características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

### - Atividade desenvolvida:

Agricultura.

### - Atividades licenciadas:

Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Código G-01-03-1.

### - Classe: 2, predominante.

### - Modalidade da licença: LAS, Licenciamento Ambiental Simplificado.

## **5.3 Da vistoria técnica realizada:**

### - Data: 19/04/2023

### - Acompanhante: Não houve.

### - Características físicas:

Topografia: Relevo plano.

Solo: Latossolo.

Hidrografia: Área de preservação permanente do imóvel: 25,2734 hectares.

Bacia hidrográfica federal: Rio Paranaíba.

Microbacia: Rio Perdizes.

### - Características biológicas:

### - Vegetação: Bioma cerrado, fitofisionomia florestal de cerrado.

**5.4 Alternativa técnica e locacional:** Segundo Laudo Técnico de Inexistência de Alternativa Técnica e Locacional anexado ao processo o local selecionado e a situação evidenciada apresentam-se com características favoráveis ao desassoreamento do barramento de terra e reforma do aterro.

## **6. ANÁLISE TÉCNICA**

Do ponto de vista técnico a solicitação para intervenção em uma área total de 1,4759 hectare, com supressão de cobertura vegetal nativa de cerrado dentro de área de preservação permanente para desassoreamento do barramento de terra e reforma do aterro é passível de autorização, pois trata-se de área de cerrado, sendo considerado uma intervenção de baixo impacto ambiental, conforme a lei 20.922, artigo terceiro, inciso III alínea L, e a atividade de irrigação sendo considerada de interesse social.

### **6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

- Revegetar uma área no mínimo equivalente à da intervenção ambiental, 1,4759 hectare, reflorestamento em área de preservação permanente, cumprindo rigorosamente o PTRF (Projeto Técnico de Reconstituição da Flora), conforme cronograma de execução elaborado e estabelecido por profissional habilitado, em local previamente delimitado em levantamento topográfico.
- Proteger as áreas de preservação existentes no entorno da atividade.
- Respeitar rigorosamente os limites da área de reserva legal e das áreas de preservação permanentes.

## **7. CONTROLE PROCESSUAL**

Processo Administrativo nº 2100.01.0057673/2022-76

Ref.: Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

## **I. Relatório:**

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado por **ARRY OTTO MARKUS**, conforme consta nos autos, para uma INTERVENÇÃO EM A.P.P. COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA em **1,4759 ha**, no imóvel rural denominado "Fazenda Rancharia", localizado no município de Monte Carmelo, matriculado sob os números 7.555, 16.510, 25.242 e 38.463.

2 - A propriedade possui área total de 469,7500 hectares, possuindo **RESERVA LEGAL** equivalente a **52,0353 hectares**, estando parte dela compensada em outro imóvel segundo informações do Parecer Técnico, devidamente averbada nas matrículas, declarada no CAR e aprovada pelo técnico vistoriador. Importante destacar que a mesma não compreende a quantia mínima legal de 20% dentro do próprio imóvel, porém, com a alteração trazida pelo **art. 49 do Decreto Estadual nº 48.127/2021**, tal condição não é necessária considerando a modalidade de intervenção ambiental requerida (utilidade pública e atividade eventual/baixo impacto), de acordo com o **art. 38, incisos VII, VIII e IX do Decreto Estadual nº 47.749/2019**.

“Art. 38 – É vedada a autorização para uso alternativo do solo nos seguintes casos:

(...)

*VII – no imóvel rural que possuir Reserva Legal em limites inferiores a 20 % (vinte por cento) de sua área total, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 12 da Lei nº 20.922, de 2013;*

*VIII – no imóvel rural em cuja Reserva Legal mínima haja cômputo de APP, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 12 da Lei nº 20.922, de 2013;*

*IX – no imóvel rural cuja área de Reserva Legal tenha sido regularizada mediante compensação, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 12 da Lei nº 20.922, de 2013;*” (grifo nosso)

3 - Conforme Parecer Técnico, a intervenção requerida decorre da necessidade de desassoreamento de um barramento já existente. Ressalta-se a regularidade da atividade desenvolvida no imóvel, constatando ser o empreendimento **não passível** de licenciamento ambiental nem de autorização ambiental para funcionamento pelo ente federativo, conforme DN COPAM nº 217/2017, sendo apresentada uma **Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS)**, e um **Certificado de Outorga**, documentos anexos ao processo.

4 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, ressaltando-se que tais informações são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou de seu representante legal.

É o breve relatório.

## **II. Análise Jurídica:**

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento é passível de autorização, estando em consonância com a normatização legal e administrativa aplicável ao caso, bem como tratar-se de intervenção com caráter de *utilidade pública e atividade eventual ou de baixo impacto ambiental*.

6 - Outrossim, conforme legislação em vigor, as áreas de preservação permanentes são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tem-se que estas são, em regra, dotadas de intocabilidade, e por isso, seu uso econômico direto é vedado.

7 - Entretanto, a legislação ambiental vigente aponta os casos de flexibilização do uso da área de preservação permanente, conforme disposto na **Lei Federal nº 12.651/2012**, **Lei Estadual nº 20.922/2013**, **Decreto Estadual nº 47.749/2019**, **Deliberação Normativa COPAM nº 236/2019**, **Resolução Conama nº 369/2006** e **DN COPAM nº 217/2017**. Essas normas estabelecem que a intervenção em APP somente poderá ser autorizada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, nos seguintes casos: obras decorrentes de utilidade pública, de interesse social ou ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental. É o que dispõe a Lei Estadual nº 20.922/2013:

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

*I – de utilidade pública:*

*d) as seguintes atividades, que comprovadamente proporcionem melhorias na proteção das funções ambientais em APP's:*

*1) **desassoreamento** de cursos d'água e **de barramentos** com vistas à minimização de eventos críticos hidrológicos adversos;*

(...)

*III – atividade eventual ou de baixo impacto ambiental:*

*1) a realização de atividade de **desassoreamento** e manutenção **em barramentos**, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos;* (grifo não oficial)

8 - Ainda sobre o tema, o Decreto Estadual nº 47.749/2019, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal, esclarece o seguinte:

“Art. 3º – São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

(...)

*II – intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em **Áreas de Preservação Permanente – APP**;*

(...)

Art. 17 – A intervenção ambiental em APP somente poderá ser autorizada nos casos de utilidade pública, de interesse social e de atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, devendo ser comprovada a inexistência de alternativa técnica e locacional. (...)” (grifo não oficial)

9 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra-se respaldado no **art. 3º, inciso II do Decreto Estadual nº 47.749/2019** e **art. 3º, inciso I, alínea “d”, “nº 1” e inciso III, alínea “I” da Lei Estadual nº 20.922/2013**, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise.

10 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que o imóvel não se encontra em área prioritária considerada extrema/especial para conservação do Instituto Biodiversitas.

11 - Insta ressaltar que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras e compensatórias impostas pelo técnico vistoriador ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obrigações, sem prejuízo das demais sanções legais, nos termos do **art. 7º da Portaria IEF nº 54**, de 14 de abril de 2004.

12 - Importante destacar que, de acordo o que determina o **art. 38, § único, I do Decreto nº 47.892/2020**, o presente pedido deverá ser submetido à apreciação e decisão da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, por intermédio de seu Supervisor.

### III. Conclusão:

13 - Ante ao exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado aos autos, o Núcleo de Controle Processual da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, opina **favoravelmente** à **INTERVENÇÃO EM APP COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA em 1,4759 ha**, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas no Parecer Técnico e que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013).

14 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

15 - Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

**Observação:** Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento de intervenção em Área de Preservação Permanente com supressão de vegetação nativa através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual da URFBio/Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.

### 8.CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo DEFERIMENTO (INTEGRAL) do requerimento de 1,4759 hectare dentro de área de preservação permanente, com rendimento lenhoso de 120,1983 metros cúbicos, para desassoreamento de barramento e reforma de aterro, tendo como requerente Arry Otto Markus, pois tal área é passível de autorização, pois trata-se de área de cerrado.

### 9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

- Não haverá.

### 10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

### Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(x) Recolhimento à conta de arrecadação de reposição florestal

( ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

( ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

### 11.CONDICIONANTES

- Revegetar uma área no mínimo equivalente à da intervenção ambiental, 1,4759 hectare e reflorestamento em área de preservação permanente, cumprindo rigorosamente o PTRF (Projeto Técnico de Reconstituição da Flora), conforme cronograma de execução elaborado e estabelecido por profissional habilitado, em local previamente delimitado em levantamento topográfico, ART número MG-20221678779.

- Proteger as áreas de preservação existentes no entorno da atividade.

- Respeitar rigorosamente os limites da área de reserva legal e das áreas de preservação permanentes.

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

**RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO**

Nome: Edimar Antônio da Silva  
Masp: 1149443-2

**RESPONSÁVEL PELO CONTROLE PROCESSUAL**

Nome: Andrei Rodrigues Pereira Machado  
Masp: 1368646-4



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 26/05/2023, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edimar Antonio da Silva, Servidor**, em 26/05/2023, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **66589748** e o código CRC **EBA2D023**.